

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público



Aplicação: 22/1/2006

Cargo 17:
Consultor Técnico Legislativo
Categoria: Contador

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 24/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- II 25 a 27/1/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 14/2/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- IV 15 a 21/2/2006 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 14/3/2006 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega de títulos: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

UnBC **ESPE**
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- As siglas seguintes, quando usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; TJDFT = Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 7.

1 Sabe o leitor o que lhe trago aqui? Uma pérola. (...)
 Pesquei-a agora mesmo na costa da Câmara Municipal.
 Gosto daqueles mares, às vezes tempestuosos, às vezes banzeiros,
 4 mas sempre fecundos. Dizem que há um plano de fazer desaguar ali
 os rios Maranhão e Caiapó, contra todas as induções de geografia, e
 a despeito das leis da hidráulica. Contanto que me não tirem as
 7 pérolas.

Vamos à que acabo de colher. Todos os anos, em se
 aproximando o entrudo, a Câmara manda correr um edital que o
 10 proíbe, citando a postura e apontando as penas. Até aqui a ostra;
 agora a pérola. Este ano a Câmara fez saber duas coisas: primeiro,
 que a postura está em seu inteiro vigor; segundo, que deve ser
 13 cumprida *literalmente*. Sim, meu senhor, *literalmente*; deve ser
 cumprida *literalmente*.

(...)

16 Isto em trocos miúdos, quer dizer: Meus filhos, olhem que
 agora é sério. Estou cansada de publicar editais que nem mesmo os
 ingleses vêem. Não, não pode ser. Canso-me em dizer que atirar água
 19 é um delito, encrespo as sobranceiras, pego na vara de marmeleiro,
 e é o mesmo que se caísse um carro. Nada, agora é sério. Hão de
 cumprir literalmente a postura, ou vai tudo raso.

22 Entretanto, a coisa é menos fácil do que parece. A postura
 impõe multa aos que jogam entrudo, e, não podendo o infrator pagar
 a multa, sofrerá “dois a oito dias de prisão”; sendo escravo, porém,
 25 sofrerá “dois a oito dias de cadeia”. Como encaminhar literalmente
 esses dois infratores, um para a prisão, outro para a cadeia? Se não
 fosse a condição da literalidade, eu, no caso dos urbanos, mandava-os
 28 ambos para o xilindró, que é um meio-termo; mas devendo ser literal,
 não saberia que fazer.

(...)

31 Mas o que o leitor não suspeita é que não lhe dou esta
 pérola, e assim castigo a incredulidade com que me recebeu. Vou
 restituí-la à matrona municipal. Ela a porá ao colo, nos três dias de
 34 entrudo, para assistir ao baile dos limões-de-cheiro, que promete ser
 esplêndido, tão esplêndido que ela acabará por dançar com os outros.

Se assim acontecer, que fará a Câmara nos anos seguintes?
 37 Terá de recorrer a outros advérbios, *ferrenhamente*, *implacavelmente*,
terrivelmente, e sempre inutilmente, porque nestas coisas, amiga
 minha, ou se trata de um recreio popular, e é preciso fazer como
 40 aquele chefe de polícia, que o trocou por outro; — ou se trata de
 eleições, e então, antes de dar um advérbio à execução das leis, é
 melhor dar-nos o sentimento da legalidade, que está muito por baixo.

43 E depois, pode ser que o povo imagine que o direito de fazer
 entrudo, como o de expor ossos de defunto nas vitrinas, é
 constitucional. Se assim for, creia a Câmara que ele há de defendê-lo,
 46 a todo custo, considerando que, se hoje lhe tirasse o de jogar água,
 amanhã pode tirar-lhe o de profanar ossos nas vitrinas da Rua do
 Ouvidor. Premissa traz conseqüência; liberdade morta, liberdade
 49 moribunda. Ou mais derramadamente: as liberdades dependem tanto
 umas das outras, que o dia da morte de uma é a véspera da morte de
 outra. Vá lá em vinte palavras o que estava em duas.

Machado de Assis. *Crônicas — Balas de estalo*. In: *Obra Completa* – volume III. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 438-9.

Em relação às idéias e estruturas lingüísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

- 1 No segundo parágrafo, a cadeia metafórica composta em relação a “costa”, “mares” e “pérolas” tem o efeito de sentido de ironia no que se refere ao funcionamento da Câmara Municipal.
- 2 No parágrafo às linhas de 16 a 21, por meio de recurso de personificação, o autor dá voz à Câmara Municipal.
- 3 A oração iniciada por “não podendo” (l.23) tem valor concessivo.
- 4 O autor do texto discute a idéia de que a interpretação literal da norma exigiria que os termos “prisão” e “cadeia” fossem compreendidos com significados diferentes, o que poderia provocar dúvidas na imposição de pena aos infratores.
- 5 Pelos sentidos do texto, a expressão “matrona municipal” (l.33) indica tratamento cerimonioso e respeitoso em relação à instituição a que se refere.
- 6 Em “defendê-lo” (l.45), o pronome “-lo” refere-se a “povo” (l.43).
- 7 Em “liberdade morta, liberdade moribunda” (l.48-49), a vírgula pode ser substituída, sem prejuízo para a correção gramatical e para a informação do período, pela expressão **significa, imediatamente a seguir, outra**.

1 O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e
discriminações, especialmente contra as comunidades
indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que
4 não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou
uma obra de resistência e construção nacional admirável.
Construiu, ao longo do século, uma nação plural,
7 diversificada, contraditória até, mas que se estende de uma
ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos
orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba
10 do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco
mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja.
Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São
13 Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e
da região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma
língua, partilha os mesmos valores fundamentais, sente-se
16 brasileira.

Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram,
dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e
19 árabes conversam sem medo, onde, toda migração é bem-
vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa
própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada
22 migrante se transforma em mais um brasileiro.

Luis Inácio Lula da Silva. *Discurso de Posse.*

Com referência aos sentidos e às estruturas lingüísticas do texto
acima, julgue os itens seguintes.

- 8 A expressão “é grande” (l.1) restringe-se à extensão territorial do Brasil.
- 9 A inserção de **Essa nação vai dos** no lugar de “Dos”, antes de “encantados da Amazônia” (l.8), prejudica a correção gramatical do período e altera o significado original da informação.
- 10 Antes de “Onde a mestiçagem” (l.17), subentende-se a repetição da expressão “Esta é uma nação”, que inicia o período antecedente.
- 11 Os sinais de ponto-e-vírgula às linhas de 9 a 11 podem, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituídos por vírgulas.
- 12 Estaria gramaticalmente correta, à linha 14, a redação **região Centro-Oeste, esta é uma nação....**

1 O Estado democrático estabelece o direito, a fim
de que o limite da liberdade de cada um seja a liberdade dos
outros. O Brasil livrou-se da tutela do arbítrio e não aceita
4 a tutela da coação, nem o intimidam facções ou grupos.

A liberdade implica o compromisso de fortalecer
o poder político contra a insegurança de abalos
7 institucionais. Ouvir a todos e conviver com todos, sem
discriminação. Tolerância não significa concordância.(...)

A liberdade não se esgota na vontade institucional.
10 Ela tem de ser capaz de gerar direitos sociais, para ser a
liberdade que não permita a morte pela fome, pelas
doenças, pela insegurança das cidades e pela ausência de
13 trabalho. Enfim, a liberdade é a vida; é uma perspectiva de
vida feliz.

Mas o exercício da liberdade tem de ser integral.
16 Indissociáveis são as liberdades política, econômica e
social. Todos sabem que, onde morreu a liberdade
econômica ou existe a servidão social, a liberdade política
19 não existe. Querer a liberdade política sem garantir o poder
criador competitivo da iniciativa privada é não conhecer
a realidade da História. Querer liberdade econômica,
22 convivendo com a injustiça social e com a miséria, é admitir
uma sociedade de privilégios que termina na violência e no
silêncio das ideologias.

José Sarney. *Discurso de Posse.*

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 13 A expressão “a fim de que” (l.1-2) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e para o sentido original do período, ser substituída por qualquer uma das seguintes: **para que, com o objetivo de que, conquanto que.**
- 14 Em “nem o intimidam” (l.4), “o” é pronome que se refere ao antecedente “arbítrio” (l.3).
- 15 Em “implica o compromisso” (l.5), a substituição de “o” por **com** mantém a correção gramatical e a informação original do período.
- 16 Imediatamente antes da palavra “Tolerância” (l.8), pela relação que a oração estabelece com o período anterior, caberia o emprego da conjunção **Entretanto**, seguida de vírgula e letra minúscula.
- 17 O trecho “ser integral. Indissociáveis são as liberdades” (l.15-16) admite, sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a seguinte reescrita: ser integral, uma vez que são indissociáveis as liberdades.
- 18 As vírgulas logo após “que” (l.17) e “social” (l.18) justificam-se por isolar oração subordinada adjetiva restritiva deslocada de sua posição na ordem direta.
- 19 A substituição de “convivendo” (l.22) por **já que se convive** mantém a correção gramatical e o sentido original do período.
- 20 A linguagem do primeiro parágrafo do texto é inadequada para a redação de correspondências oficiais em razão de sua subjetividade.

Acerca da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do DF, julgue os seguintes itens.

- 21 Procedimento legislativo é o conjunto de atos pré-ordenados que objetivam a formação das leis mediante a colaboração entre os poderes do DF.
- 22 O procedimento legislativo, disciplinado pelo Regimento Interno da CLDF, pode ser ordinário, sumário ou especial.
- 23 No âmbito do Poder Legislativo do DF, denomina-se lei complementar aquela que disciplina matéria que a LODF determina como seu objeto, e resolução, a lei que disciplina, com efeito externo, matéria de competência privativa da CLDF.
- 24 A iniciativa comum pode ser exercida pelo governador do DF, por qualquer membro ou órgão da CLDF e pelos cidadãos.

No que se refere ao Regimento Interno da CLDF, julgue os próximos itens.

- 25 A denominação Câmara Legislativa decorre da fusão dos nomes atribuídos às casas legislativas dos municípios e dos estados-membros da Federação, respectivamente.
- 26 As sessões legislativas ordinárias têm a duração de nove meses e meio e são divididas em dois períodos, sendo o primeiro iniciado em 1.º de fevereiro e o segundo, em 1.º de agosto.
- 27 Na sessão legislativa extraordinária, a CLDF somente deliberará sobre a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- 28 Cabe à Mesa Diretora organizar a relação dos deputados distritais, que deverá ser concluída após a sessão de posse.
- 29 A criação das regiões administrativas do DF ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria simples dos deputados distritais, e sua extinção dar-se-á mediante maioria absoluta.
- 30 Os conselhos de representantes comunitários funcionam junto às administrações regionais como órgãos deliberativos, consultivos e fiscalizadores dos atos de gestão dos administradores.

Quanto à Constituição Federal e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

- 31 O Brasil adota uma Constituição de tipo rígido e formal, de maneira que as únicas normas de nível constitucional, no país, são a própria Constituição e as emendas constitucionais regularmente aprovadas pelo Congresso Nacional.
- 32 Os direitos e garantias fundamentais integram a proteção constitucional mais importante dirigida aos indivíduos, aos grupos e, em certos casos, até às pessoas jurídicas; apesar disso, esses direitos não têm caráter absoluto, portanto podem sofrer limitações.

Julgue os itens a seguir, acerca da organização do Estado e do Poder Legislativo.

- 33 Em relação ao DF, é correto afirmar que, embora ele possua as competências reservadas aos estados-membros, não pode ser dividido em municípios; ele é regido por lei orgânica votada em dois turnos por sua Câmara Legislativa, com intervalo mínimo de dez dias entre as votações.
- 34 Uma das mais importantes formas de atuação do Poder Legislativo consiste nas comissões parlamentares de inquérito que se destinam a investigar possíveis atos ilícitos, os quais devem ser determinados para se permitir a instauração válida da comissão. Essas comissões devem funcionar por prazo certo e têm poderes de investigação semelhantes aos das autoridades judiciárias, muito embora determinadas medidas somente possam ser decretadas pelo Poder Judiciário, como é o caso da prisão preventiva.

Em relação à tributação e às finanças públicas, julgue os itens seguintes.

- 35 No que tange à repartição das competências tributárias, a competência para instituir taxa será da pessoa jurídica de direito público que preste serviço de qualquer natureza ao qual a taxa esteja associada, ou que exerça poder de polícia do qual a taxa decorra.
- 36 Em virtude do princípio constitucional da legalidade, apenas a lei em sentido formal, isto é, aquela aprovada pelo Poder Legislativo após o devido processo, pode criar ou majorar tributos; em consequência, o Poder Executivo não pode fazê-lo por meio de medida provisória.
- 37 É privativa da União a competência para emitir moeda, a qual é exercida pela Casa da Moeda do Brasil.

Julgue os itens que se seguem, a respeito da LODF e da organização do DF.

- 38 De acordo com a LODF, um dos objetivos prioritários do DF consiste em preservar o conjunto urbanístico de Brasília, de suas cidades-satélites e do chamado Entorno do DF, de maneira a se preservar sua identidade, adequando-se as exigências do desenvolvimento à defesa de sua memória, de sua tradição e de suas peculiaridades.
- 39 Se, em determinado ano, um anteprojeto de lei for rejeitado pela CLDF, a matéria dele constante poderá ser reapresentada a esse órgão na mesma sessão legislativa, desde que a maioria absoluta dos membros da casa assim proponha; por outro lado, se o veto do Poder Executivo a um projeto de lei for derrubado pela CLDF, o projeto poderá vir a ser promulgado pelo próprio presidente da Câmara, caso o governador não o faça dentro de certo prazo.
- 40 Um indivíduo não-nascido no Brasil não pode ser eleito governador do DF, à luz das disposições da LODF.

No atinente aos atos administrativos, ao controle da administração pública, aos contratos administrativos e aos agentes administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 41 Para, pelo menos, parte da doutrina especializada, não obstante o dever de legalidade da administração pública, esta pode, em casos excepcionais e observadas certas condições, deixar de declarar a invalidade de um ato administrativo, quando constatar e justificar cabalmente que a anulação causará mais mal que a manutenção do ato.
- 42 Uma das modalidades mais relevantes de controle da administração pública é o realizado por ela própria, o qual decorre do poder de autotutela dos entes e órgãos públicos; esse controle interno fundamenta-se no princípio da legalidade e pode ser tanto realizado de ofício quanto mediante provocação do interessado; pode, ainda, ser preventivo, concomitante ou posterior.
- 43 Devido à presunção de validade dos atos da administração pública e à formalidade a eles inerente, os contratos administrativos concernentes a direitos reais sobre imóveis não precisam ser lavrados em serviço notarial.
- 44 A atuação de particulares em colaboração com o poder público pode ocorrer até independentemente de remuneração, bem como em situações nas quais a remuneração não é paga pelo ente público, mas por pessoas jurídicas de direito privado.

Julgue os itens a seguir, no que tange aos poderes e princípios básicos da administração e aos serviços públicos.

- 45 O poder regulamentar é a única maneira pela qual se exerce a função normativa do Poder Executivo.
- 46 Por força do princípio do devido processo legal, a administração deve sempre comunicar ao interessado qualquer decisão que lhe afete a propriedade ou a liberdade; essa comunicação deve ser feita, em regra, previamente à prática do ato, mas poderá ser posterior, em situações excepcionais.
- 47 De acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello, o princípio da adaptabilidade implica a atualização e a modernização dos serviços públicos, ainda que isso ocorra apenas em função das possibilidades materiais do poder público.

Referentemente à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666/1993), à Lei n.º 8.112/1990, da União, na forma consolidada pelo Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, e à Lei de Permissões e Concessões, julgue os itens seguintes.

- 48 As sociedades de economia mista e empresas públicas exploradoras de atividade econômica não estão obrigadas a licitar.
- 49 Nos termos do Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, que consolidou a aplicação, no DF, da Lei n.º 8.112/1990, da União, a responsabilidade do servidor do DF pelo cometimento de ilícito pode ser, de modo cumulativo, de natureza cível, penal e administrativa, e de modo relativamente independente; no caso de o agente público cometer ato sujeito à pena de demissão, esta pode ser aplicada ainda que o servidor não tenha sofrido sanção anterior.
- 50 Uma das características essenciais das concessões e permissões de serviços públicos consiste em que a remuneração do prestador do serviço se faz, necessariamente, mediante a cobrança de tarifa dos usuários, de maneira a não onerar o Estado pela prestação da atividade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base nos princípios e normas relativos à planificação e orçamentação no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 51 Ao Estado cabe normatizar e regular a atividade econômica, exercendo a função de planejamento. Essa função, que tem caráter meramente indicativo para o setor privado, é determinante para o setor público.
- 52 Na Lei de Responsabilidade Fiscal, está determinado que, nos planos plurianuais, constem dois anexos: um com as metas fiscais para os quatro anos de sua vigência; outro de riscos fiscais com os ativos e passivos contingentes, para cada ente da Federação.
- 53 Considere-se a seguinte situação hipotética.
Decorrida a metade do exercício financeiro em um ente público, constatou-se a necessidade de abertura de crédito especial. Verificou-se que a receita realizada excedia a prevista em R\$ 300.000,00 e a despesa realizada fora R\$ 120.000,00 a menos que a autorizada. O balanço financeiro do exercício anterior apresentara déficit financeiro de R\$ 150.000,00 e houve a reabertura de R\$ 30.000,00 de créditos suplementares transferidos do exercício anterior.
Nessa situação, é correto concluir que seria possível a abertura do crédito especial pretendido até o limite de R\$ 240.000,00.
- 54 As unidades orçamentárias ou administrativas poderão transferir para outras unidades o poder de utilização dos créditos que lhes foram dotados ou que lhes tenham sido transferidos.
- 55 Os compromissos com vigência plurianual serão atendidos por crédito próprio, consignado no plano plurianual, devendo a despesa ser objeto de empenho global no início do primeiro exercício financeiro de realização do respectivo programa.
- 56 Nos termos da classificação funcional e da estrutura programática aplicáveis a partir do exercício financeiro de 2000, as despesas são especificadas por funções, programas, subprogramas, atividades/projetos e subatividades/subprojetos.

RASCUNHO

Com base nos conceitos e procedimentos relativos à receita e à despesa públicas, julgue os itens seguintes.

- 57 Constituem fontes não-primárias de recursos: resultado do Banco Central, alienação de títulos e valores mobiliários e remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional.
- 58 Constituem despesas extra-orçamentárias de um ente público: devoluções de cauções efetuadas por terceiros, pagamentos de restos a pagar e restituições de tributos pagos a maior pelo contribuinte.

Acerca da programação e da execução orçamentária e financeira, julgue os itens subseqüentes.

- 59 A programação financeira tem o objetivo de ajustar o ritmo de execução da lei orçamentária anual ao fluxo provável de recursos financeiros, de modo a assegurar a execução dos programas de trabalho.
- 60 Quanto maior a vinculação das receitas orçamentárias a órgãos, fundos e despesas, maior é o grau de discricionariedade da administração orçamentária na alocação de recursos para a realização das despesas públicas.

Com base na legislação sobre licitações, julgue o próximo item.

- 61 Os limites referentes às várias modalidades de licitação poderão ser revistos anualmente pelo Poder Executivo, no âmbito de cada estado ou do DF, até a variação geral de preços do mercado na respectiva unidade da Federação.

Com referência ao controle e à auditoria governamentais, julgue os itens que se seguem.

- 62 O sistema de controle interno, no âmbito do DF, deve ser mantido, de forma integrada, pelos seus Poderes Legislativo e Executivo, não compreendido o Judiciário, cujos tribunais e juizes fazem parte da estrutura da União.
- 63 A CLDF escolhe a maioria dos conselheiros do TCDF e aprova, ou não, os conselheiros indicados pelo governador.
- 64 No caso das contas consideradas iliquidáveis, além de não haver baixa na responsabilidade do administrador, o TCDF poderá, a qualquer tempo, autorizar o desarquivamento do processo, diante de novos elementos que considere suficientes, e determinar que se ultime a respectiva tomada da prestação de contas.
- 65 O julgamento das contas anuais do governador do DF, pela CLDF, é instruído com o parecer prévio de responsabilidade do TCDF, embasado nos balanços gerais e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do próprio Poder Executivo sobre os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais.

Com relação aos conceitos gerais e às características básicas da contabilidade pública, julgue os itens a seguir.

- 66 A contabilidade pública, por abranger em seu campo de atuação os entes estatais, tem suas normas e procedimentos condicionados pelas disposições do direito financeiro.
- 67 A manutenção de sistemas de custos no âmbito da administração pública não é obrigatória, considerando-se que sua aplicação só se coaduna com aquelas atividades com fins lucrativos ou em que os benefícios são objetiva e concretamente mensuráveis, sob a ótica da viabilidade econômico-financeira.

Ainda com relação aos conceitos gerais e às características básicas da contabilidade pública, julgue os itens a seguir.

- 68 Aplica-se a contabilidade pública às empresas estatais, quando estas são consideradas dependentes, isto é, empresas controladas pelo Estado e que utilizem recursos provenientes dos orçamentos públicos para financiamento de suas despesas correntes ou de capital.
- 69 Constituem insubsistências ativas, na contabilidade pública, entre outras, a venda de bens do ativo permanente, a insuficiência de arrecadação e a transferência de responsabilidade pela guarda de um bem.

Acerca do plano de contas aplicável no âmbito do DF, julgue os itens seguintes.

- 70 A contabilidade pública não permite fazer registros contábeis diretos que envolvam na mesma partida contábil contas financeiras e não-financeiras. Essa distinção permite a apuração do superávit financeiro e o levantamento do balanço financeiro.
- 71 A conta **falta de licitação** faz parte de **diversos responsáveis**, item que integra o subgrupo **créditos em circulação**, do ativo.
- 72 Se o DF não encaminhar suas contas ao Poder Executivo da União até o prazo fixado para os municípios, para fins de consolidação, haverá retenção do Fundo de Participação dos Estados e do DF até o cumprimento da exigência.
- 73 As contas que registram o INSS retido de servidores e prestadores de serviços constituem despesa do subgrupo **obrigações patronais**.
- 74 O sistema patrimonial indica as contas do ativo, do passivo e das variações ativas e passivas que não interferem diretamente na composição das disponibilidades e obrigações pendentes ou em circulação.
- 75 O lançamento a seguir corresponde ao contingenciamento de uma dotação.
D – crédito bloqueado
C – crédito disponível
- 76 O Poder Legislativo, ao constatar a necessidade de realização de despesa insuficientemente dotada no orçamento anual, encaminha, com base em previsão adicional de receita, solicitação de crédito especial, que se incorpora ao orçamento, adicionando-se a importância autorizada à dotação orçamentária a que se destinou criar.
- 77 Com a edição da Lei n.º 10.633/2002, que instituiu o Fundo Constitucional do DF, os valores destinados à área de segurança do GDF deixaram de ser considerados despesas de pessoal da União e passaram a ser tratados como outras despesas correntes, do mesmo modo que os fundos de participação constitucional, mediante a adoção de uma unidade orçamentária específica.

Com relação aos inventários e materiais permanentes e de consumo, julgue os próximos itens.

- 78** Uma das finalidades precípuas do inventário físico é fazer que o saldo físico real nas instalações de armazenagem corresponda aos dados escriturais dos saldos dos estoques.
- 79** Ocorre o tombamento de bens móveis quando eles são retirados de uso, por serem considerados impróprios para as finalidades para as quais foram postos à disposição, ou quando sua utilização se torna antieconômica.
- 80** A avaliação dos bens de almoxarifado será feita pelo menor valor entre o custo de aquisição e o preço líquido de realização.

Com referência aos demonstrativos da contabilidade pública, julgue os itens que se seguem.

- 81** Considere-se que, para a elaboração do balanço patrimonial de um ente, estejam disponíveis os dados a seguir.

passivo compensado	R\$ 500.000,00
passivo financeiro	R\$ 350.000,00
passivo permanente	R\$ 600.000,00
total geral do ativo	R\$ 1.600.000,00
superávit financeiro	R\$ 50.000,00

Nessa situação, o total do ativo permanente é de R\$ 700.000,00.

- 82** Considere-se que, até outubro de 2005, o balanço orçamentário do GDF apresente os valores acumulados, em R\$ milhões, mostrados na tabela a seguir.

receitas correntes	5.594	despesas correntes	4.782
receitas de capital	65	despesas de capital	678
total	5.659	total	5.460

Nesse caso, é correto concluir que o superávit corrente excedeu o déficit de capital em R\$ 199 milhões.

- 83** Considere-se que, no balanço orçamentário do GDF, até outubro de 2005, tenha sido verificado que as receitas tributárias previstas para o exercício eram de R\$ 5.078 milhões e que a arrecadação tenha sido de R\$ 4.008 milhões. Nesse caso, supondo-se que, nos dois últimos meses do ano, a arrecadação se manteria na média mensal dos dez primeiros meses, era correto esperar, em outubro de 2005, um déficit, no exercício, inferior a R\$ 150 milhões.

Ainda com referência aos demonstrativos da contabilidade pública, julgue os itens que se seguem.

- 84** Considere-se que, ao final do exercício, um ente apresentava os seguintes saldos a serem considerados para a elaboração do balanço financeiro, em R\$ mil, e que, no caso da receita extra-orçamentária, o saldo final era igual ao saldo inicial.

saldo final	R\$ 1.750
receita orçamentária	R\$ 1.600
despesa orçamentária	R\$ 1.350
despesa extra-orçamentária	R\$ 200

Nessa situação, o saldo inicial era de R\$ 1.700 mil.

- 85** Na demonstração das variações patrimoniais, as interferências, que representam movimentações financeiras ou não-financeiras entre órgãos e entidades de uma esfera de governo, devem ter valores iguais na consolidação, entre concedidas e recebidas, por tratar-se de movimentação interna entre unidades gestoras.

RASCUNHO

Com relação aos conceitos e aplicações da análise contábil, julgue os itens subsequentes.

- 86** No exame da qualificação econômico-financeira dos licitantes, devem ser levados em conta índices que demonstrem a capacidade financeira em face dos compromissos a serem assumidos, bem como a garantia de capitais de terceiros e a rentabilidade ou lucratividade da empresa.
- 87** Na reclassificação das contas para efeito de análise, é usual incluírem-se duplicatas descontadas no passivo, e não como conta redutora do ativo. Com essa providência, altera-se o quociente de liquidez corrente, mas não o capital circulante líquido.
- 88** Considerem-se os seguintes dados, em reais, de um ente, em dois anos sucessivos, para aferição de carga tributária.

	ano 1	ano 2
PIB	1.500	1.800
impostos diretos	180	234
impostos indiretos	240	252
contribuições sociais	150	180

Nesse caso, é correto concluir que houve aumento da carga tributária do referido ente, e que esse aumento se deveu, principalmente, aos impostos diretos.

- 89** Considere-se que um ente tenha apresentado, durante três períodos — P1, P2 e P3 —, a situação em suas contas conforme a tabela a seguir, cujos valores estão em R\$ mil.

	P1	P2	P3
receita corrente líquida	500.000	600.000	550.000
despesas de pessoal	200.000	270.000	220.000

Nessa situação, independentemente dos efeitos inflacionários, é correto concluir que o comprometimento da receita corrente líquida com as despesas de pessoal aumentou no segundo período e retornou à situação inicial no terceiro período.

- 90** Considere-se que a composição do endividamento (CE) seja dada por um quociente que relaciona as obrigações da entidade com terceiros, de acordo com a fórmula $CE = [PC / (PC + PELP)] \times 100$, em que PC é o passivo circulante e PELP é o passivo exigível a longo prazo. Então, independentemente de outros fatores, quanto mais próximo de 100% for o valor de CE, maior será a dificuldade da entidade em honrar seus compromissos imediatos.
- 91** Considere-se que, em determinado mês, em uma empresa comercial, tenham sido vendidos R\$ 1.000.000,00 em mercadorias, mantendo-se um estoque médio de R\$ 125.000,00. Nesse caso, o estoque levou, em média, 8 dias para ser vendido.
- 92** Uma recomendação relevante para a elaboração de um relatório de análise é apresentar primeiro o sumário e a conclusão, deixando-se ao leitor interessado a procura do detalhe no item específico do próprio relatório.

Com base em normas e procedimentos concernentes à auditoria, julgue os itens seguintes.

- 93** A relevância e o risco afetam a aplicação de todas as normas de auditoria. Enquanto a relevância se refere à importância relativa de um item, o risco diz respeito à possibilidade de que um item esteja incorreto.
- 94** Os fluxogramas são importantes como instrumento de apoio à auditoria, pois, como representação gráfica das atividades de uma organização, eles deixam evidentes as discrepâncias entre rotinas definidas nos manuais de procedimentos internos e as práticas efetivamente adotadas pelos executores das tarefas sob sua responsabilidade.
- 95** Quando houver alterações em procedimentos contábeis, mesmo que seus efeitos tenham sido adequadamente determinados e revelados nas demonstrações contábeis, é obrigatório, pela legislação contábil brasileira, que se faça a ressalva correspondente no parecer de auditoria.
- 96** Os papéis de trabalho, como registros mantidos pelo auditor sobre os procedimentos aplicados, os testes realizados, as informações obtidas e as conclusões tiradas durante a auditoria, fornecem a principal base para o parecer do auditor e constituem um meio de coordenação e supervisão da auditoria e evidência de que o trabalho foi realizado.
- 97** Aumento acentuado em despesas com manutenção e reparos de imobilizados, sobretudo em desproporção com novas imobilizações, pode indicar que gastos capitalizáveis foram lançados como despesas do período, ou, alternativamente, que a falta de renovação dos ativos está tornando sua utilização mais onerosa.
- 98** Quando uma entidade mantém várias contas bancárias em diferentes bancos, entre as quais efetua transferências, pode deliberadamente registrar as variações nos respectivos saldos com defasagem, encobrindo insuficiência de caixa ou superestimando o saldo em determinado banco, na data do extrato.
- 99** Em uma auditoria interna, ao detectar irregularidades no decorrer de seu trabalho, o auditor terá de informar, inicialmente, à administração da empresa e, incondicionalmente, aos órgãos fiscalizadores do estado e da profissão, sob pena de responsabilidade solidária.
- 100** O auditor não poderá omitir fatos relevantes relativos a demonstrações contábeis que esteja auditando, a despeito da obrigatoriedade de sigilo profissional, desde que a comunicação daqueles fatos seja imposta por lei, ou na hipótese de solicitação das autoridades competentes.

RASCUNHO

Acerca das operações com mercadorias, inventários periódico e permanente, julgue os itens seguintes.

- 101** Ao utilizar o inventário periódico, uma empresa efetua o registro do custo da mercadoria vendida a cada operação de venda e calcula mensalmente o valor acumulado do custo da mercadoria vendida.
- 102** Ao adquirir mercadoria para revenda a prazo, uma empresa deverá efetuar o registro da mercadoria em conta de ativo circulante e do valor da dívida em conta de passivo circulante. Ao quitar o valor devido, a empresa deverá debitar a conta de passivo circulante correspondente e creditar o ativo circulante disponível.

contas	valores em R\$
cartão de crédito a pagar	18.790,00
receita de serviços antecipada	42.100,00
cheques a compensar – clientes	18.970,00
ágio na emissão de debêntures	28.900,00
deságio na emissão de debêntures	12.800,00
custo da mercadoria vendida	35.000,00
despesa de material de consumo	12.580,00
despesa de depreciação	9.587,00
despesa antecipada de seguros	7.800,00
receita antecipada de vendas	12.580,00
receita de vendas	98.000,00
despesa de telefone	2.589,00
despesa de assinatura de revistas	850,00
pró-labore a pagar	5.780,00
INSS a recolher	3.987,00
despesa de salários	45.800,00
despesa de aluguel	18.500,00
lucros/(prejuízos) acumulados	(20.000,00)
receita de serviços	75.800,00
debêntures a pagar	150.000,00
custo do serviço prestado	25.800,00

A respeito do conjunto de contas de uma empresa mostrado na tabela acima, julgue os itens a seguir.

- 103** O patrimônio líquido da empresa antes da apuração do resultado é superior a R\$ 8.000,00.
- 104** As contas classificadas no ativo totalizam R\$ 26.770,00.
- 105** Ao se apurar o resultado do exercício, será creditado o montante de R\$ 150.706,00 de custos e despesas, e será debitada a conta de lucros/(prejuízos) acumulados no mesmo valor.
- 106** Ao se apurar o resultado do exercício, será debitado o montante de R\$ 173.800,00 de receitas de vendas e serviços e será creditada, no mesmo valor, a conta de lucros/(prejuízos) acumulados.
- 107** Após a apuração do resultado do período, o patrimônio líquido será superior a R\$ 30.000,00.
- 108** As contas classificadas no passivo totalizam R\$ 207.857,00.

contas	saldo em 1.º/1/2005 (em R\$)	saldo em 31/12/2005 (em R\$)
valores a receber de curto prazo	85.000,00	90.000,00
energia a pagar	2.890,00	2.000,00
telefone a pagar	5.800,00	4.100,00
valores a receber de longo prazo	93.000,00	25.000,00
receita antecipada de vendas	58.000,00	65.000,00
despesa antecipada de aluguel	8.000,00	5.000,00
material de consumo	50.000,00	48.000,00
estoques	75.000,00	65.000,00

outras informações do período	valores em R\$
despesa de energia	3.000,00
despesa de telefone	4.980,00
receita de vendas	180.000,00
despesa de aluguel	8.000,00
aquisição de material de consumo	25.000,00
aquisição de mercadorias a prazo	48.000,00
despesa de manutenção	35.000,00

A partir das informações fornecidas por uma empresa e apresentadas nas tabelas acima, julgue os itens a seguir.

- 109** O pagamento de despesa de energia, no período, corresponde a R\$ 2.890,00.
- 110** O pagamento de despesas de telefone, no período, corresponde a R\$ 9.680,00.
- 111** A empresa recebeu de seus clientes, considerando-se as operações com mercadorias, o correspondente a R\$ 250.000,00.
- 112** O custo da mercadoria vendida no período foi de R\$ 10.000,00.
- 113** No período apresentado, a despesa de material de consumo foi superior a R\$ 30.000,00.
- 114** A empresa pagou R\$ 35.000,00 de despesas de manutenção no período.
- 115** A empresa pagou R\$ 8.000,00 de despesas de aluguel.

Julgue os itens a seguir, com relação ao registro das operações típicas de uma empresa comercial.

- 116** Ao se efetuar pagamento de empréstimos registrados e dos juros apropriados, serão debitadas as contas de empréstimos e a conta de despesa de juros. A conta a ser creditada poderá ser bancos ou caixa.
- 117** Ao se registrarem as operações da empresa no livro diário, a empresa aglutinará todas as informações a serem utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. O livro diário poderá ser arquivado no escritório contábil responsável pela sua elaboração ou na empresa que forneceu os dados para sua confecção.
- 118** Ao se registrar a captação de empréstimos de longo prazo, há um crédito no passivo exigível a longo prazo e um débito no ativo disponível.
- 119** Caso a empresa proponha a seu fornecedor de mercadorias a possibilidade de conversão de dívida em capital, e o fornecedor aceite a proposta, o lançamento correto será a débito de fornecedores e a crédito de capital social. Após o registro da operação, há a necessidade de modificação do contrato social da empresa ou do documento equivalente.
- 120** Ao estruturar o plano de contas da empresa, o contador deverá seguir as contas listadas e criar outras, quando houver necessidade. Assim, unicamente em casos extraordinários, o contador poderá utilizar conta que não esteja previamente listada no plano de contas da empresa.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas na primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

O SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS COMO APOIO À FUNÇÃO DE CONTROLE DO PODER LEGISLATIVO

No seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ natureza e finalidades dos sistemas de controle interno e externo na administração pública;
 - ▶ função fiscalizadora do Poder Legislativo;
 - ▶ informação contábil como instrumento da função de controle;
 - ▶ confiabilidade e adequação da contabilidade à fiscalização exercida pelos representantes da sociedade.
-

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	